

*Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

Na sociedade disciplinar a biopolítica constituiu-se como controle da população como corpo espécie, correlata aos dispositivos disciplinares que atuavam sobre o corpo, útil e dócil, e aos dispositivos de segurança internos (polícia) e externos (diplomáticos-militares) sobre o território. Configurou-se uma governamentalidade baseada na conduta pastoral relativa ao governo de si e ao governo dos outros. Constituíram-se relações de saber e poder que ordenaram as normalizações diante dos perigos à sociedade. Na sociedade de controle, que emerge após os acontecimentos decorrentes do final da II Guerra Mundial, acompanhados pelas ameaças nucleares à ecologia em todo o planeta, constata-se, segundo a organização computo-informacional das relações de poder, o deslocamento gradual do controle sobre o corpo máquina, útil e dócil, para o da produtividade das inteligências. A população, em seu território, cede lugar ao controle sobre o planeta e a conquista do espaço sideral. Os programas de segurança planetária, acompanhados dos programas de seguro pessoal, redesenham o direito de causar a vida e deixar morrer, próprio da sociedade disciplinar, em direitos de participação. A democracia representativa descola-se para representação e participação e as políticas públicas se redimensionam por meio de articulações com a sociedade civil e o empresariado. No âmbito internacional, as relações diplomático-militares ganha um contorno suplementar: as organizações internacionais, por meio de declarações, tratados e direitos coordenam programas e metas para o planeta em função da cultura da paz e da conformação de uma cidadania cosmopolita. A ecopolítica, como alvo da transterritorialidade dos Estados, ultrapassa os limites territoriais da soberania na qual se exercitava a biopolítica. A ecologia, desta maneira, constitui-se numa área de conhecimento que propicia a administração negociada dos recursos naturais e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, transforma-se em tema catalizador de resistências que vai das reprimendas liberais, aos "verdes", e à ecologia social, proposta pelos libertários. O Simpósio pretende discutir os efeitos do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade sócio-ambiental, da proliferação dos direitos de minoria e a consequente democratização da produção e da participação política, que contornam os limites das resistências e dos dispositivos de segurança; analisar os desdobramentos dos monitoramentos de condutas a partir da disseminação dos "cares", da auto-ajuda, do policiamento de cidadãos por cidadãos; problematizar a possível configuração das periferias das cidades e dos condomínios como campos de concentração a céu aberto e suas ressonâncias provocadas pela penalização ampliada, sob a forma de penas alternativas e judicialização; debater as implicações desse novo exercício da cidadania.